



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 2, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://doi.org/10.29380/2020.14.02.01>

Recebido em: **24/09/2020**

Aprovado em: **28/09/2020**

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO; THE
CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION IN THE PUBLIC TEACHING
NETWORK; LOS RETOS DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA EN LA RED DE ENSEÑANZA
PÚBLICA

GUILHERME ALEXANDRE SANTOS

<https://orcid.org/0000-0002-1559-9648>

O presente trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo a educação inclusiva, apresentando este processo na rede pública de ensino, especificamente o que a impedia de existir ou ser eficiente, neste sentido, o principal objetivo deste trabalho é verificar através de um apanhado teórico, quais as principais dificuldades encontradas pela educação inclusiva na rede pública de ensino. O tema não é exclusivo mas é bastante relevante, já que o tema é algo bem contemporâneo e precisa de estudos que busquem a garantia de que está não ficará apenas no papel. Como mencionado a pesquisa é bibliografia e exploratória, e através desta foi possível compreender que as dificuldades encontradas são muitas porém é possível incluir com pouco recurso e muita criatividade.

RESUMO

A escola é um ambiente onde se promove o saber, onde se prepara o sujeito para viver de forma harmônica com a sociedade, onde se deve entender que todos podem partilhar do mesmo espaço independente de suas limitações, e isso a torna um local propício à proposta da educação inclusiva. O presente trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo a educação inclusiva, apresentando este processo na rede pública de ensino, especificamente o que a impedia de existir ou ser eficiente, neste sentido, o principal objetivo deste trabalho é verificar através de um apanhado teórico, quais as principais dificuldades encontradas pela educação inclusiva na rede pública de ensino. O tema não é exclusivo mas é bastante relevante, já que o tema é algo bem contemporâneo e precisa de estudos que busquem a garantia de que está não ficará apenas no papel. Como mencionado a pesquisa é bibliográfica e exploratória, e através desta foi possível compreender que as dificuldades encontradas são muitas porém é possível incluir com pouco recurso e muita criatividade.

Palavras-chave: Dificuldades. Educação Inclusiva. Escola Pública

ABSTRACT

The school is an environment where knowledge is promoted, where the subject is prepared to live in a harmonious way with society, where it must be understood that everyone can share the space regardless of their limitations, and this makes it a place conducive to inclusive education. The present study aims to study inclusive education, presenting this process in the public school system, specifically what prevented it from existing or be efficient, in this sense, the main objective of this work is to verify through a theoretical, the main difficulties encountered by inclusive education in the public school system. The theme is not exclusive but it is quite relevant, since the theme is something very contemporary and needs studies that look for the guarantee that it is not only going to be in the paper. As mentioned the research is bibliography and exploratory, and through this it was possible to understand that the difficulties encountered are many but it is possible to include with little resource and a lot of creativity.

Keywords: Difficulties. Inclusive education. Public school

1. INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um assunto bem contemporâneo, é sem dúvida um tema que provoca debates e discussões no âmbito educacional, pois o Brasil, assim como muitos outros países possui legislação que garante o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade de forma igualitária, ou seja, são leis que visam permitir o acesso dessas pessoas na sociedade, nas escolas, universidades e inclusive mercado de trabalho.

Este trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo a educação inclusiva, assim busca-se por meio desta pesquisa verificar através de um estudo teórico como é este processo no ambiente escolar, afinal é através da educação que se transforma o mundo. No entanto sabemos dos desafios que a educação tem encontrado no Brasil, são professores insatisfeitos com a desvalorização de seu trabalho, são escolas com situações precárias e sem recursos para tornar a prática docente eficaz e as

aulas atrativas aos alunos, com base nessa realidade surgiu a seguinte indagação: com o cenário da educação atual como os docentes da rede pública promovem a educação inclusiva de forma eficaz?

No entanto, as discussões e pontos de vistas apresentados neste artigo com base em estudos científicos discutidos por muitos autores, não representam uma visão geral e única da educação inclusiva no país, pois cada região, cada governo, cada instituição tem um modo de trabalhar, e com um pouco de criatividade é possível atender as diversas demandas. Assim, o principal objetivo desta pesquisa é apresentar as principais dificuldades encontradas pela rede pública de ensino para efetivação da educação inclusiva de forma eficiente.

A eficiência é quando este processo de fato integra o aluno, é preciso que estes não sejam depositados nas escolas pelo simples fato de existir determinações legais que obriga a sua aceitação, ou mesmo quando por motivos diversos ele está no grupo, mas não interage, não participa este não foi incluído, e são essas questões que são temas de estudos constantes, será que essa é uma realidade apenas da rede pública? Claro que não, porém nesta a deficiência é maior.

Este estudo caracteriza-se como bibliográfico, foram consultados livros, periódicos, artigos científicos, bem como a legislação vigente no país, também é exploratória, pois como já foi mencionado este tema já é bem discutido principalmente no campo educacional e este foi um dos motivos que levou a escolha do tema, ou seja, ser um tema que não esgota a possibilidade de aprendizagem e ideias para a melhoria do cenário atual.

É um tema sem dúvida relevante principalmente para educadores, cada um sabe de suas dificuldades durante a execução de sua prática pedagógica, muitos são se sentem confiantes para integrar alunos com necessidades especiais e por isso a Educação Inclusiva torna-se um fracasso, são vários os fatores que podem afetar esse processo, por isso é importante conhecer o que a afeta e como se pode superar.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Segundo Rogalski (2010), no Brasil até a década de 50, não se ouvia falar em Educação Inclusiva, apenas a partir de 1970 é que esta passou a ser discutida tornando-se preocupação dos governantes sendo está inquietação expressa por eles, através da criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos, federais, estaduais e de classes especiais. Com base na pesquisa realizada ficou perceptível que alguns autores acreditam que está forma de educação ficou determinada no país até o final do século XIX e foi fortemente influenciada pelas diversas informações que foram trazidas da Europa no período.

O tema é algo bem contemporâneo e já existem leis, que garantem o acesso ao ensino, ao trabalho, a sociedade de forma igualitária e foi a partir do século XX que houve uma intensificação da luta contra a discriminação. Se nos aprofundarmos ao longo da história das pessoas com necessidades especiais nos encontrar uma com uma triste realidade. No século XX conforme Cavalcante (2011) houve uma maior intensificação contra a discriminação que impedia que pessoas com necessidades especiais exercessem sua cidadania e este período foi marcado pela forte mobilização de movimentos sociais, eles lutavam por uma sociedade inclusiva, outro ponto discutido foram os modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, que tornavam os espaços escolares locais de exclusão. Sobre as mudanças do século XX, salienta-se:

A partir do século XX, gradativamente, alguns cidadãos começam a valorizar o público deficiente e merge a nível mundial através de movimentos sociais de luta contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. Nesse período histórico corroboram as críticas sobre as práticas de ensino da época,

conduzindo também a questionamentos dos modelos análogos do ensino e aprendizagem, gerando exclusão no cenário educacional. (SOUTO, 2014, p. 16).

De acordo com Souto (2014), o Brasil apresentou entendimento sobre as pessoas com necessidades especiais desde o período do império, quando foram criadas duas instituições importantes, o Imperial dos Meninos Cegos no ano de 1854, o atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, que hoje recebe o nome de Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos localizados no Rio de Janeiro.

Já no século XX, conforme a autora foi criado o Instituto Pestalozzi, especificamente no ano de 1926, esta instituição foi criada com a finalidade de atender pessoas com deficiência mental, em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e em 1945 o primeiro atendimento educacional especializado as pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, pela pesquisadora e educadora da criança portadora de deficiência Helena Antipoff.

O século XX foi marcado por muitas transformações que contribuíram de forma positiva na vida das pessoas com necessidades especiais, um desses avanços foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024 de 1961, que determinou que o atendimento das pessoas com necessidades especiais, apontando o direito dos “excepcionais” à educação, de preferência dentro do sistema geral de ensino. De acordo com Souto (2014), em 1971 a LDBEN de 1961 foi alterada pela Lei nº 5.692, que definiu tratamento especial para alunos com necessidades físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.

Em 1973, segundo a autora, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que ficou responsável por gerenciar a educação especial no Brasil, esse por sua vez influenciado pela égide integracionista impulsionou ações educativas voltadas às pessoas com necessidades especiais e as com superdotação, que foram apresentadas por meio de campanhas assistenciais de iniciativas isoladas do Estado.

Em 1996 segundo Brasil (2008) a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de nº 9.394, especificamente em seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; também assegura a terminalidade específica aqueles que não atingirem o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

A LDB de nº 9.394/96 de acordo com Magro e Rodrigues (2007) foi responsável por iniciar o processo de inclusão escolar no Brasil, foi a partir desta lei que ficou determinado que os alunos com necessidades especiais passassem a ser atendidos em classes regulares, independente da instituição de ensino ser pública ou privada, tendo ainda estes que ser assistidos por professores com especialização adequada para este atendimento. No entanto, os autores ressaltam que esta inclusão encontra muitas barreiras o que impossibilita que esta de fato seja uma realidade. Ela estabelece que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996, p. 19).

Conforme Brasil (2008), em 1999 foi apresentado o Decreto de nº 3.298, que regulamentou a Lei nº 7.853 de 1989, que tratava da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, dando ênfase a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Motivada por esse processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, pela Resolução CNE/CEB nº 2/2001, determina em seu artigo 2º que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, sendo de responsabilidade das escolas organizarem-se para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, tendo estas que assegurar as condições necessárias para que seja ofertada uma educação de qualidade a todos.

Percebe-se que o processo de efetivação da educação inclusiva no Brasil foi lenta, no entanto, a preocupação governamental foi fundamental para que os avanços fossem mais eficazes, a inclusão ser atrelada a educação é algo óbvio, já que é na escola que se constrói a cidadania, se prepara as gerações futuras e a parceria desta instituição com a família deve agir de modo a oferecer a sociedade valores que fomentem o respeito a diversidade e a participação de todos os sujeitos de forma igual e com as mesmas oportunidades.

3. A ESCOLA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação tem como finalidade formar indivíduos capazes de viver em sociedade de forma pacífica e colaborativa com o bem comum, as finalidades educacionais perpassam a preparação para o mercado de trabalho, ou a alfabetização, está deve promover o exercício da cidadania e o respeito à diversidade. Quando falamos em educação inclusiva, falamos da introdução do diferente no habitual e por isso o tema é relevante ao sistema de ensino, é em casa que o ensino começa e a escola dar continuidade a valores apresentados no lar além de tornar-se peça fundamental no processo inclusivo. Essa afirmativa caracteriza-se por esta apresentar pessoas capacitadas a orientar as famílias e os próprios alunos em relação a receptividade de cada aluno com necessidade especial.

A educação inclusiva promoveu uma quebra de tabus e paradigmas no ambiente de ensino e por isso é tão importante que esta de fato aconteça na escola, Ferreira (2018), explica que anteriormente existia a escola regular e a escola especial, em ambas as escolas, a finalidade era a mesma, ou seja, a promoção de ensino, porém não havia integração e os conceitos de integração e respeito, a diversidade não eram postos em prática, simplesmente pelo fato dos alunos pertencentes a cada tipo de ambiente de ensino não viver a realidade de cada escola.

Ainda segundo o autor, a educação inclusiva adentra nas escolas para por um fim nesta divisão, assim os alunos com deficiência se permitem conviver e se integrar no meio social, conhecendo situações diversas diferentes a sua realidade, proporcionando a eles aprendizados necessários a seu desenvolvimento enquanto cidadãos que tem sonhos, e objetivos futuros. É importante permitir que crianças e jovens partilhem do mesmo espaço de vivência independente de suas limitações, assim se constrói uma sociedade livre de preconceito e com mais oportunidades.

Ferreira (2018) explica que para que a educação inclusiva aconteça de forma real, a escola precisa ter apoio, ela também precisa entender qual o seu papel no processo, além de buscar aplicar os pilares da educação que lhe darão subsídio para que o processo seja eficaz. O autor define a educação inclusiva como sendo:

Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito a escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor (FERREIRA, p. 4, 2018).

Na perspectiva deste autor, para que a educação inclusiva aconteça é preciso existir redes de apoio, que ele apresenta como sendo a família e os profissionais da área da saúde. A família é fundamental por ser a base do aluno, assim estabelecer um vínculo de confiança com a escola é muito importante e os profissionais da área da saúde ajudam os educadores entender as necessidades dos alunos, geralmente os mais requisitados são os médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e psicopedagogos.

E a escola? Como atua? Qual o seu papel? Bom, esta em primeiro lugar deve aceitar os alunos com alguma forma de deficiência e realizar adaptações necessárias para garantir o direito à educação que lhes é garantido por lei. Conforme Ferreira (2018) é papel de a escola fornecer aos professores capacitação e formação continuada preparando-os para trabalhar com essas demandas, deve também cuidar cautelosamente das adaptações e equipamentos que forem necessários para que o aprendizado aconteça.

O autor também ratifica que é importante que a instituição promova reuniões, onde é possível que os educadores partilhem experiências, frustrações e ideias, favorecendo novas aprendizagens e ajuda aos profissionais envolvidos no processo de aprendizagem e receptividade destes alunos. Outra orientação apresenta por Ferreira (2018) é que as instituições de ensino utilizem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento que traz orientações para as escolas. Sobre o BNCC e a educação inclusiva destaca-se:

A Base Nacional Comum Curricular é um grande avanço para a educação brasileira, pois abre oportunidades para uma educação mais inclusiva, que parta do olhar para o aluno e suas singularidades. Ela amplia as possibilidades para que as escolas busquem novas alternativas para ensinar a todos. Sendo assim, dialoga com os princípios do desenho Universal para a aprendizagem (DUA), que são: Proporcionar diversos meios para a aprendizagem; proporcionar diferentes formas para expressão do que foi aprendido e manter a motivação e permanência dos estudantes. (FERRARESI, p. 10, 2017).

Ferreira (2018), explica que a escola inclusiva é uma escola comum, pois é característico de qualquer ambiente de ensino acolher a todos os tipos de alunos, pois nesse ambiente se confrontam diversas situações e realidades distintas, o que se espera é cada singularidade seja respeitada, promovendo o bem estar de todo o contexto de cada aluno é algo fundamental para que existam relações saudáveis dentro e fora do ambiente escolar.

Sobre os pilares mencionados por este autor anteriormente, ele destaca como fundamentais para que a educação inclusiva se firme são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Na perspectiva do autor, quando estes pilares conseguem se equilibrar é possível garantir a aprendizagem de crianças e jovens de forma igual apesar da limitação de alguns. No entanto, apesar de tudo se mostrar simples, não é principalmente para as redes públicas de ensino, são muitos desafios para que a educação inclusiva aconteça de forma real e as escolas públicas é quem mais sabem relatar as dificuldades.

4. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA

A escola pública enfrenta muitos problemas para que o ensino seja garantido, sabemos que existem muitas críticas pelo fato do ensino em muitas instituições não serem considerado de qualidade, muitos são os fatores contribuem para essa triste realidade, dentre eles os mais citados, são a falta de valorização da mão de obra, recursos escassos para trabalhar e condições precárias das instalações. Este cenário é bem comum nas escolas da rede pública brasileira e diante disso, pensar na educação inclusiva torna-se algo necessário, pois para que alunos diferenciados necessitam de recursos diferenciados.

Oliveira e Veloso (2014), ao falarem sobre desafios da educação inclusiva no Brasil apresentam inicialmente os aspectos legais desse direito, assim os autores citam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como um dos marcos importante para a vida e educação de crianças e jovens e neste está explicito em seu art. 54, III que: “É dever do estado assegurar a criança e ao adolescente [...] atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Os autores também citam a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, cap. V, “Da educação especial”, parágrafo 3º, que orienta de forma obrigatória que: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”. Essas obrigatoriedades foram fundamentais para não deixar a educação inclusiva de modo opcional, no entanto, porque se torna um desafio efetiva-la? O que é preciso para que o processo seja prazeroso e obtenha os melhores resultados, principalmente na rede pública? São perguntas que fomentam estudos buscando as melhores soluções.

Parece fácil incluir, mas não é, estamos falando de interação, de participação de recursos que permita que cada aluno com alguma necessidade se sinta igual ao realizar com êxito uma tarefa na sala de aula. Quando listamos o que seria necessário ao perfil de uma escola inclusiva até pensamos ser coisas básicas, no entanto, toda mudança requer recursos financeiros e investimentos e é isso que muitas das vezes torna-se o grande problema da rede pública.

Garofalo (2018), afirma que este tema deve ser trabalhando dentro da escola e que alguns dos caminhos para promover essa mudança são, ou seja, para transformar a educação em um processo também de acolhimento, a autora destaca, a diversificação do currículo, a promoção de diálogo, envolvendo a comunidade escolar e familiar, investir em formação docente, dispor de tecnologias assistivas, ter um projeto de inclusão elaborado e flexibilizar o currículo.

As ideias são excelentes e são realidades, são ações que podem viabilizar o processo de inclusão na escola, no entanto, nem toda escola possui uma realidade que a permita dispor de todas estas atitudes e recursos, pois às vezes o financeiro não é compatível e a depender do contexto social da instituição até as parcerias (família e unidades de saúde) são precários, sem conexão. Quando a autora fala sobre a flexibilização do currículo ela salienta as dificuldades mais também a importância desta ação:

É necessário flexibilizar o currículo, adaptando-o às necessidades e realidades de cada estudante. Sabemos que não é uma tarefa fácil, principalmente quando faltam recursos, mas é um passo essencial na construção de aprendizagem destes alunos. Preservar a diversidade no contexto escolar representa uma oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais, com ênfase nas competências e habilidades dos estudantes, incentivando uma pedagógica humanizadora que desenvolve capacidades interpessoais. A educação inclusiva é um caminho para contemplar a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça propostas e que atenda às reais necessidades de cada um, criando espaços de convivência. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e

as alternativas realizadas pelos professores são fundamentais a este processo. (GARAFALO, p. 3, 2018).

De acordo com Boy (2019), a escola inclusiva é aquela que não apenas aceita a matrícula do educando no sistema de ensino, mas fortalece um sistema educacional que respeite, aceite e possibilite o acesso e a permanência de todos os educandos, garantindo-lhes uma escolarização com competência e qualidade. A autora ratifica que, na escola, só existe inclusão, de fato, se o aluno tiver aproveitamento do processo ensino-aprendizagem no seu rendimento escolar.

Conforme a autora, a educação inclusiva é pautada no tripé: acessibilidade, que diz respeito ao acesso a aprendizagem, para isso é usados recursos como o ensino do braile, de libras, bem como confecção de materiais diferenciados que tem como objetivo facilitar o acesso dos alunos ao ensino; a mobilidade, esta relacionado a aspectos físicos da instituição escolar, se refere ao deslocamento, ou seja, é preciso dispor de rampas, elevadores, guias para deficientes visuais, o objetivo é facilitar a movimentação da mobilidade desse público. E por fim a materialidade, que se refere a qualquer instrumento necessário ao educando para que ele possa ser incluído.

Parece ser coisas simples de se ter nas escolas não é? Mas como já mencionado cada escola vive uma realidade específica, que vai afetar todas as ações executadas pela instituição. A escola irá deixar de receber alunos com necessidades especiais? Jamais, está em lei, este foi um direito conquistado, mas não há garantia de um processo educativo com eficácia garantida e muito menos que a educação inclusiva de fato se fará materializada, parece ser redundante, mas as dificuldades apresentadas na rede pública sempre se voltara aos aspectos financeiros, seja investimento de recursos materiais, estrutura física, preparo do corpo docente e equipe de apoio especializado.

A própria implantação do processo inclusivo é algo complexo a realidade da rede pública, segundo Silva (2014), essa dificuldade justifica-se porque a educação inclusiva deve fazer parte do projeto político pedagógico que tem início na secretaria de educação e que valoriza todos que fazem parte do contexto escolar, inclusive o professor, este principalmente porque é quem atua diretamente com eles buscando integrá-los e ensiná-los. A autora acredita que este é um processo contínuo e que por isso o educador deve ser sempre atualizado, assim ratifica que um dos pontos a ser reforçado como forma de superar as dificuldades é educação continuada dos profissionais da área de educação.

Todas as “pedras” que a educação inclusiva encontra em seu caminho rumo a um ensino público de qualidade esta sem dúvida voltado a questões de investimento, pois sem ele torna-se quase que impossível atender as demandas como prevê a legislação vigente. De acordo com Yoshida (2018), é fundamental que a equipe gestora da escola tenha plena consciência sobre estas questões legais, fazendo-se valer os direitos de cada aluno, pois independente da realidade da instituição, esses aspectos devem ser seguidos. Conforme a autora:

O princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Está presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008. Os gestores devem saber o que diz a Constituição, mas principalmente conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos. (YOSHIDA, p. 5, 2018).

A autora ainda explica quais os pontos que devem ser considerados dentro da perspectiva do processo inclusivo em toda e qualquer escola, e salienta que existe uma má interpretação do que a lei e documentos sobre o assunto determina como fundamental, como por exemplo, “muitas vezes a interpretação dada para o termo “adaptações razoáveis” seja entendida como adaptações curriculares. “O documento fala em adaptações no meio físico, na comunicação, na forma de realizar as provas,

por exemplo. (YOSHIDA, p. 6, 2018).

A autora conclui que é preciso que existam de forma real apoio e recursos do governo, segundo a mesma o estado deve oferecer assistência técnica e financeira, também é preciso ter adaptação e previsão de recursos em sala, sobre este ponto, ela diz que. “Cabe ao gestor oferecer tempo e espaço para que professores, coordenador e especialistas possam conversar e tirar dúvidas sobre a integração do aluno com deficiência”. Ela também cita a formação da equipe inclusiva, sobre isso Yoshida (2018), explica que o ideal é garantir a formação na própria escola, já que o gestor conhece melhor sua equipe e a comunidade. O gestor pode formar um grupo para levantar as informações relevantes em relação à deficiência dos alunos e compartilhar em reunião.

Dentro do contexto escolar outra ação bastante relevante é conversa e resolução de conflitos em sala, sobre isso a autora salienta que os professores podem conversar com suas turmas sobre a chegada de um aluno com deficiência para reforçar a visão inclusiva e por fim ela aborda a qualidade do ensino e da aprendizagem, sobre esse aspecto ela afirma que:

Todas as crianças são capazes de aprender: esse processo é individual e o professor deve estar atento para as necessidades dos alunos. Crianças com deficiência visual e auditiva desenvolvem a linguagem e pensamento conceitual. Alunos com deficiência mental podem enfrentar mais dificuldade no processo de alfabetização, mas são capazes de desenvolver oralidade e reconhecer sinais gráficos. É importante valorizar a diversidade e estimular as crianças a apresentar seu melhor desempenho, sem fazer uso de um único nivelador. A avaliação deve ser feita em relação ao avanço do próprio aluno, sem usar critérios comparativos. (YOSHIDA, p. 10, 2018).

De um modo mais específico cada escola pública brasileira apresentará suas dificuldades no processo inclusivo, mesmos as que dispõem de sala de recursos, profissionais capacitados e até materiais que facilitam a prática cotidiana terá algum problema relatar, porque ainda não se tem escolas de ensino regular com 100% de eficiência no quesito inclusão, infelizmente sempre falta algo, assim este estudo mostra de forma ampla o que as atinge. Às vezes as escolas possuem recursos mais a equipe pedagógica não esta preparada ou ao contrário, no entanto as discussões trazidas por alguns autores revelam que mesmo sem recursos se alguns dos pontos trazidos por Yoshida forem postos em prática já é possível melhorar e muito a situação da instituição no critério receptividade e ensino destes alunos.

5. CONCLUSÃO

Todo tema que diz respeito a educação é de relevância a sociedade e ao próprio sistema de ensino, afinal é através das pesquisas e estudos que o mundo avança de forma constante em todos os campos do saber. O tema tratado neste trabalho de pesquisa assim como muitos outros é fundamental para entendermos como a escola é importante na vida dos indivíduos, pois nela se reforçam valores passados pelos pais e se constroem mais, nela a diversidade é trabalhada de forma natural, porque ela é um ambiente heterogêneo e isso a torna um espaço de partilha de culturas, de ideias, valores e crenças.

Então porque dentro dessa perspectiva aparecem sempre as palavras desafios e dificuldades? É fato, que todo o processo seria perfeito se não houvesse tantas barreiras ao longo do trabalho escolar. O processo de efetivação da educação inclusiva é um dos grandes desafios encarados principalmente pela rede pública de ensino. A pesquisa revelou uma mudança lenta na forma como pessoas com necessidades especiais eram vistas e tratadas, no entanto, foi por ações de cunho político que as

maiores conquistas foram colocadas prática.

Com base no que foi proposto nesta pesquisa foi constatado através da fala dos autores pesquisados que. Escola tem papel fundamental no desenvolvimento dos sujeitos e que está precisando assumir um papel integrador para que a educação inclusiva aconteça. As dificuldades enfrentadas são muitas, principalmente na educação pública, falta de recursos, desvalorização da mão de obra, condições precárias das instalações da instituição, são alguns dos fatores que dificultam o processo além de causar desmotivação no aluno e sua família.

Também ficou claro que apesar das dificuldades, é possível fazer a educação inclusiva acontecer, sem dúvidas os recursos facilita a vida do educador, mas na ausência o aluno deixará de participar? O processo educativo exige inovação e criatividade, principalmente quando os recursos que seriam necessários para alcançar metas não se encontram disponíveis. Como já mencionado o professor é muito importante no processo, e quando ele está engajado em fazer com que o aluno se desenvolva ele adapta recursos, ele cria meios para transformar a sala de aula em ambiente aconchegante e acolhedor.

Ressalta-se que está não é uma crítica, pois é importante que escola tenha a capacidade de ofertar a seus educandos e aos seus profissionais todo material necessário a aprendizagem e pleno desenvolvimento de seus alunos, portanto para que as dificuldades sejam de fato superada é preciso que além de contar com a criatividade do educador sejam garantido estrutura adequada para este trabalhar, bem como apoio às famílias.

REFERENCIAS

BOY, P.P. **Educação Inclusiva: desafios e possibilidades.** 2019. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/educacao-inclusiva-desafios-e-possibilidades>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB- Lei nº 9394/96** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, MEC, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 55/2007, prorrogado pela portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.

CAVALCANTE, M. **Contexto histórico da construção da Educação Inclusiva no Brasil**. 2011. Disponível em: www.inclusaoja.com.br. Acesso em 8 de março de 2019.

FERREIRA, F. **Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer**. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso em 8 de fevereiro de 2019.

FERRARESI, S. **As contribuições da BNCC para uma educação inclusiva**. 2017. Disponível em: <https://inclusaonaescola.com.br/as-contribuicoes-da-bncc-para-uma-educacao-inclusiva/>. Acesso em 8 de fevereiro de 2019.

GAROFALO, D. **Os desafios da educação inclusiva**. 2018. Disponível em: <https://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/colunas/os-desafios-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

MAGRO, C, M, T, A; RODRIGUES, L, A. **Concepções que os alunos do curso de Pedagogia e normal superior apresentam sobre o processo de inclusão**. IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Londrina, 2007.

OLIVEIRA, G. G.; VELOSO, L.M. M. Principais desafios da inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional. In: **Revista Brasileira de Educação Básica**. 2014. Disponível em: <https://beducacaobasica.com.br/principais-desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-no-sistema-educacional/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da Educação Especial. In: **Revista de Educação do IDEAU**, vol. 5, nº 12, Quatro Irmãos, RS, 2010.

SILVA, L. N. da. **Inclusão escolar: dificuldades e desafios da inclusão nas séries iniciais em uma escola pública**. Editora Realize, 2014.

SOUTO, M, T, de. **Educação Inclusiva no Brasil**. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande/PB, 2014.

YOSHIDA, S. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública**. 2018. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-na-escola-publica>. Acesso em 04 de março de 2019.

BOY, P.P. **Educação Inclusiva:** desafios e possibilidades. 2019. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/educacao-inclusiva-desafios-e-possibilidades>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB-** Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, MEC, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 55/2007, prorrogado pela portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.

CAVALCANTE, M. **Contexto histórico da construção da Educação Inclusiva no Brasil.** 2011. Disponível em: www.inclusaoja.com.br. Acesso em 8 de março de 2019.

FERREIRA, F. **Educação Inclusiva:** quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso em 8 de fevereiro de 2019.

FERRARESI, S. **As contribuições da BNCC para uma educação inclusiva.** 2017. Disponível em: <https://inclusaonaescola.com.br/as-contribuicoes-da-bncc-para-uma-educacao-inclusiva/> acesso em 8 de fevereiro de 2019.

GAROFALO, D. **Os desafios da educação inclusiva.** 2018. Disponível em: <https://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/colunas/os-desafios-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

MAGRO, C, M, T, A; RODRIGUES, L, A. **Concepções que os alunos do curso de Pedagogia e normal superior apresentam sobre o processo de inclusão.** IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Londrina, 2007.

OLIVEIRA, G. G.; VELOSO, L.M. M. Principais desafios da inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional. In: **Revista Brasileira de Educação Básica.** 2014. Disponível em: <https://beducacaobasica.com.br/principais-desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-no-sistema-educacional/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da Educação Especial. In: **Revista de Educação do IDEAU**, vol. 5, nº 12, Quatro Irmãos, RS, 2010.

SILVA, L. N. da. **Inclusão escolar:** dificuldades e desafios da inclusão nas series iniciais em uma escola pública. Editora Realize, 2014.

SOUTO, M, T, de. **Educação Inclusiva no Brasil**. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande/PB, 2014.

YOSHIDA, S. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública**. 2018. Disponível em:
<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-na-escola-publica>. Acesso em 04 de março de 2019.

9º Período do curso ciências da religião pela universidade federal de Sergipe.

Todas as crianças são capazes de aprender: esse processo é individual e o professor deve estar atento para as necessidades dos alunos. Crianças com deficiência visual e auditiva desenvolvem a linguagem e pensamento conceitual. Alunos com deficiência mental podem enfrentar mais dificuldade no processo de alfabetização, mas são capazes de desenvolver oralidade e reconhecer sinais gráficos. É importante valorizar a diversidade e estimular as crianças a apresentar seu melhor desempenho, sem fazer uso de um único nivelador. A avaliação deve ser feita em relação ao avanço do próprio aluno, sem usar critérios comparativos. (YOSHIDA, p. 10, 2018).

É necessário flexibilizar o currículo, adaptando-o às necessidades e realidades de cada estudante. Sabemos que não é uma tarefa fácil, principalmente quando faltam recursos, mas é um passo essencial na construção de aprendizagem destes alunos. Preservar a diversidade no contexto escolar representa uma oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais, com ênfase nas competências e habilidades dos estudantes, incentivando uma pedagogia humanizadora que desenvolve capacidades interpessoais. A educação inclusiva é um caminho para contemplar a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça propostas e que atenda às reais necessidades de cada um, criando espaços de convivência. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e as alternativas realizadas pelos professores são fundamentais a este processo. (GARAFALO, p. 3, 2018).